

## Políticas de Saúde e Gestão

| Kenneth R. de Camargo Jr. |

Como em edições anteriores, o tema deste número de *Physis* foi composto a partir de artigos submetidos em demanda espontânea. Acreditamos que a solicitação a autores relevantes de artigos para compor temas específicos segue sendo uma estratégia relevante para qualquer publicação, mas, por outro lado, consideramos importante dar vazão, dentro das nossas limitações, à grande demanda com a qual temos nos confrontado.

A elaboração e implementação de políticas públicas são um campo fértil e central da investigação em Saúde Coletiva, em especial no nosso meio. Análises rigorosas do ponto de vista acadêmico são também subsídios relevantes para o aperfeiçoamento das políticas e da gestão pública, sendo portanto uma contribuição relevante e estratégica para o SUS, em particular.

Abrindo o tema, Pinheiro e Guizardi discutem a participação política na construção dos sistemas de atenção universal à saúde na América Latina, com ênfase no caso brasileiro da criação do SUS. Pereira Neto dirige seu foco para um aspecto específico deste último, o papel dos Conselhos de Saúde, com base em estudo empírico. Gerschman et al. examinam o papel regulador que a ANS deveria ter no contexto do sistema de saúde brasileiro. Castro e Machado, encerrando a seção, analisam a trajetória histórica das políticas brasileiras de atenção básica nos últimos 20 anos.

Na seção de temas livres, Fontanella et al. descrevem estudo sobre as repercussões do vestuário de profissionais de saúde sobre os usuários dos serviços de atenção básica no SUS. Gomes et al. analisam como os gestores atuam na aplicação prática de diretrizes clínicas em serviços de atenção de alta complexidade a neonatos. Caldas e Santos reconstroem o processo de criação de um sistema de vigilância nutricional e alimentar voltado para a população indígena brasileira.

Gomes et al. discutem as repercussões de sistemas de gestão com remuneração vinculada ao desempenho na atuação de profissionais médicos.

Queiroz et al. apresentam relato de experiência de articulação intra e intersetorial nas ações de saúde. Haeser et al. trazem a discussão conceitual de temas relativos a autonomia individual e promoção de saúde. Dal Poz et al. trazem considerações sobre a formação de profissionais de saúde mental numa conjuntura de mudança de modelo assistencial, tal como em curso no SUS. O estudo de Itria et al. visou a determinar a relação custo-efetividade da vacina antimeningocócica C conjugada. Filippon e Kantorski defendem a integração das políticas de humanização e saúde mental. Costa critica os processos vigentes de avaliação da produção científica, ainda excessivamente centrados em periódicos. Lucena analisa o processo de regulamentação da propaganda de medicamentos pela Anvisa.

Teixeira et al. discutem a emergência da categoria de citotécnico no Brasil nos anos 70 a 90 do século passado, no contexto da expansão dos programas de controle do câncer. Oliveira e Maio fazem uma síntese dos estudos realizados por cientistas sociais no Vale do Rio São Francisco na década de 1950. Arreguy e Garcia discutem a desvalorização do ciúme no contexto do amor romântico a partir de uma leitura psicanalítica. Bonadiman et al. apresentam os resultados de pesquisa sobre práticas de saúde entre trabalhadoras do sexo em uma cidade do Rio Grande do Sul. Encerrando a seção, Costa et al. relatam a emergência do tema do uso de drogas ilícitas no contexto de uma experiência de planejamento comunitário.

Encerrando a edição, Siegel e Barros resenham o livro *Restoring Mental Health in India. Pluralistic Therapies and Concepts*, de B. Sébastia.

Concluindo nosso editorial, gostaríamos de reiterar aos nossos autores que estamos implementando um controle bastante rigoroso da atribuição de autoria, seguindo normas internacionais. A proliferação de coautores é um fenômeno observado em todo o mundo, e relaciona-se a vários fatores, incluindo o incremento das redes de pesquisa e o crescimento da complexidade da atividade científica. Mas não podemos deixar que esse componente básico da credibilidade acadêmica tenha seu valor comprometido por eventuais abusos. O rigor que adotamos é nossa contribuição para a valorização do autor.